

Segurança Nacional: «*Buzzword*» ou Conceito Básico?

Carlos Mendes Dias*

Resumo

A reflexão que se apresenta tem por principal finalidade objetivar o conceito de «segurança», em quadro pintado em conjunto pelas Relações Internacionais e pela Estratégia.

A existência de um designado «Conceito Estratégico de Defesa Nacional» alavanca o pensamento exposto, cumulativamente forçando à tradução da amarra traduzida pelo binómio «Segurança e Defesa» e, desta forma, concretizar também um entendimento de «defesa».

Para a consecução das finalidades procurou tirar-se partido do conhecimento existente para construir ou dar a conhecer, com as devidas limitações impostas pela atividade enquadrante, uma construção teórica coerente e, como tal, facilitadora de ação e prática inteligíveis.

Palavras-chave: segurança, defesa, estratégia, individual, coletivo

* Coronel de Artilharia, Professor da Academia Militar. Chefe do Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Academia Militar. Presidente do Conselho Diretivo do Centro Português de Geopolítica. Investigador do CAPP

The article that follows regards to the conference that is identified, which main purpose was to pinpoint the concept of «security» in a context provided by the disciplines of International Relations and Strategy.

The existence of a so-called «National Defense Strategic Concept» works to the exposed thought as a strong base and forced to explain the interaction provided by the expression «Security and Defence»; in this way, we managed also to achieve an understanding of «defense».

To achieve this goals we tried to take advantage of the existing knowledge and without forget the limitations imposed by the academic activity (conference), to build or make known a theoretical construct coherent, which is useful, according to our opinion, to the consequent actions and its understanding.

Keywords: security, defense, strategy, individual, collective

O tema que se nos apresenta remete logo para a hodiernidade do *framing*, da utilização de termos e palavras que surgem apelativas não só para quem se destinam, mas também para quem as usa, da sua utilização pela intrínseca significação ou associação com significados que os cidadãos efetuam, mas sem o devido esclarecimento, da sua explicitação em acervo legislativo e normativo, da sua intelectualização, em diferentes domínios, incluindo científicos e em diversos contextos, sem se tentar, na nossa opinião, buscar elemento coerente que permita a construção racional da teoria e decorrente aplicação prática.

Porque estamos, cumulativamente, em meio académico, referir da pertinência da temática, na justa medida em que contagem efetuada há meia dúzia de anos, em âmbito de estudo realizado no Instituto da Defesa Nacional, descortinou-se no Ensino Superior em Portugal a existência de 151 cursos, 575 unidades curriculares, em cerca de 40 estabelecimentos de ensino, que abordavam a segurança ou temáticas intrinsecamente associadas.

Bem, por indução, permitam-me afirmar, já no início, que tanto é *buzzword*, como conceito básico, encarado conceito como uma representação geral da realidade, comumente aceite pela maioria das pessoas que sobre estas temáticas se debruçam e se especializam, de uma forma ou de outra.

A palavra é tão *fashionable* como os termos «política», «estratégia» ou «geopolítica», por um lado e por outro configura, de facto, significação própria e suficientemente burilada na mesma tipologia de matérias. A questão que se nos coloca encontra razão de ser, quer na própria corrupção que a «moda» induz, quer nalguma especialização de generalidade ou generalização de especialidade.

Permitam-me então falar de «segurança» no quadro conceptual, sempre em contexto de binómio também sobejamente proliferante: «Segurança e Defesa».

Sobre Segurança-Defesa, muito se tem escrito e teorizado, por vezes, até «criado» elementos já existentes, numa falsa renovação de pensamento, mas o que transparece do linguajar das pessoas, incluindo do cidadão comum, que nestas coisas é peça fundamental, é a configuração de um clima tipificado por um forte nevoeiro matinal.

Assim, do ponto de vista conceptual e num quadro pintado já há algum tempo por cores francesas, que não na totalidade, a segurança é considerada como um estado ou condição a atingir, refletida em

situações expressas como «estou seguro», «Lisboa é uma cidade segura», «Portugal é um país seguro», «sinto-me seguro por ser português» e por aí, subindo de escala, que nos servem também para afirmar da existência de vários níveis, desde o individual, passando pela dita segurança nacional, regional e finalizando hoje na expressão abundantemente intelectual e científica que é – «hoje, a segurança tem carácter ou assume-se como um fenómeno holístico» – ou ainda nas referências relativas à multidimensionalidade da segurança e consequente necessidade de *praxis* integradora, tal a diversidade de «tabuleiros de atuação» utilizados para a garantir e ao mesmo tempo para a comprometer, na velha prática feita roupagem de academismo novo, internacionalizado, com projeção, a partir do livro de Barry Buzan (1991). Fica desde já prometido que nos aproximaremos de novo destes níveis, lá para o final desta intervenção.

Em tais tabuleiros agimos e reagimos, com óbvia preferência para o primeiro, mas sem conseguir evitar o segundo; tais ações e interações assumem-se defensivas e ofensivas, realidades que se escondem, democraticamente, apenas na «defesa».

Mencione-se também que, entendida desta forma, a condição ou estado de Segurança é variável no tempo, lembrando-se assim este, quer como categoria estratégica, quer como elemento ou parâmetro fundamental, por exemplo, da Geopolítica.

Abra-se aqui um parêntese, para avançar, por simples (nem tudo tem que ser retorcidamente académico; a população quando não sabe, diz aos filhos para ir ver o dicionário), com saber de dicionário complexo, mas fiável, burilado pela Academia de Ciências de Lisboa e pela Fundação Calouste Gulbenkian (2001); segurança é situação tipificada pela ausência de perigo; é estado de tranquilidade e de confiança, consequência de tal inexistência; ideias aplicadas a um grupo social que se salvaguarda ou se encontra salvaguardado de ação perigosa («A divulgação de um segredo de Estado pode por em perigo a segurança da Nação»); mas também é um «conjunto de condições materiais, económicas, políticas... necessárias para garantir essa situação».

Iremos continuar a falar, dizendo isto, mas ocupando papel e tempo.

Por outro lado, esta condição ou estado geral também se associa ou integra uma componente psicológica – a seguridad traduzida em Cabral Couto (1988) –, com as perceções que as populações, à escala individual, grupal e nacional, possuem, induzidas ou sustentadas em razões e elementos diversos, que vão desde as mensagens veiculadas

pela comunicação social, pelas redes sociais, passando por experiências pessoais ou vivências de que temos conhecimento, pelo saber que possuímos do mundo até ao local onde habitamos, onde os nossos filhos andam na escola.

Acresce ainda que esta ideia da segurança, pese embora a pessoa, os grupos, as sociedades, assumam papel central no ideário, estende-se às coisas, àquilo que é nosso ou como tal é tido.

Com o agora referido, estaria aberto trilho pela selva das teses pós-modernistas que, afinal, não o são e de uso de metodologia interpretativista, nas tentativas de fazer emergir o conceito, através do ataque de pensamento, acautele-se, à importância da oratória, do discurso (Brandão, 2004: 41), já agora instrumento primeiro da Ciência Política.

O que até aqui foi explicitado sobre esta matéria compele pensamento, pelo menos, para três vertentes:

i. a segurança a atingir – aliás não esqueçamos que é um fim teleológico dos Estados (e deste ponto de vista estamos num *campus* de aproximação que poderemos designar de mais estrito); já lá iremos –, e para isso é preciso atalhar no sentido de identificar as causas/motivos de insegurança;

ii. os resultados das perceções geradas que, simplesmente, poderão propiciar dois conjuntos de reflexões, que iremos somente apontar: o primeiro que parte da sensação de que estou seguro, e poderei efetivamente não o estar; o segundo, por oposição, releva uma sociedade que dá mostras de sentir insegurança, mas poderá não haver motivos para isso;

E mesmo em situação de decapitação daquele fim teleológico, útil e racional para a extensão da ideia relativa a agrupamento ou grupo político, escorada desta forma no uso do critério do meio, há necessidade de verificar que, para a consecução de qualquer fim de um ente coletivo (político), incluindo-se o Estado, torna-se forçosa a existência de condições mínimas internas de ordem e de defesa da sua integridade, em ambiente onde o agonístico também convive;

Também imanente do aludido, encontra-se a dimensão coletiva da segurança, esta como um bem grupal, social, ou não fosse fim do Estado; e é esta que nos interessa, sobremaneira¹, quando tentamos definir o «tal» Conceito Estratégico, por exemplo.

1. Sem qualquer fragilização da importância de uma dimensão individual, que abre caminho para a ideia e prática da Segurança como Direito Fundamental.

iii. a indissociação da utilização dos termos «Segurança e Defesa», na justa medida em que o primeiro não se atinge sem o segundo e este, sem a declinação do primeiro, não sabe como, quando e onde agir.

A Defesa, como já se percebeu, materializa uma *praxis* de ação; no fundo é a atividade ou conjunto de atividades que visam obter, manter, garantir segurança. E, por conseguinte, estamos a falar no domínio das ações/atividades, quer internas, quer externas, quer de componentes militares, quer de componentes civis de defesa, independentemente dos níveis em que nos horizontalizamos, pertinente afirmação na modernidade, por sua vez afirmada de globalização e de sociedade de informação que, assentemos pés em terra, ainda só o é para uma minoria.

A ideia da defesa extravasando o âmbito militar, em linha com teorização sustentada, demonstrada e verificada no domínio da estratégia, encontra-se bem expressa em decretos feitos na casa das leis e derivados, tal como a necessidade de articulação da defesa militar com as componentes não militares da designada defesa nacional; mas isto também significa castrar a vertente trazida pela «expressão de segurança como atividade de índole geral», simplesmente porque não é atividade, deste ponto de vista.

Aproveitamos para avançar, desde já, com a reflexão de que a própria expressão «Defesa Nacional», então na ampla faixa de rodagem em que estamos a evoluir, aparece depois do 25 de Abril de 1974, como nos afiança, há muito tempo, o General Loureiro dos Santos (2002). Mas continuemos...

Tal *praxis* não visa apenas a segurança, mas também condições de «vida organizada» ou de «organizada vida», num equilíbrio em que até as duas variáveis se podem corromper mutuamente, fragilizando a necessária correlação.

A ideia induz para corporizações no domínio da política e da estratégia, que aqui não aprofundaremos, mas que inicia percurso, quer na teleologia (fins últimos, partidos em primeira fatia nas designadas aspirações nacionais clássicas) da organização predominante hodiernamente, isto é, o Estado que temos, quer na consideração da política como atividade, mas do ente, em sentido amplo, que busca, entre outras coisas, a «conservação da sociedade política», que não é confundível, com os «políticos», enquanto tal; a defesa quase que aparece como

ação movida pelo instinto ou não seja de conservação que estamos a tratar (Pires, 1976).

O começo de tal caminho, ora com placa indicadora de «fins últimos», ora com a de «aspirações nacionais clássicas» – segurança, desenvolvimento, justiça – (sobre o aspeto «nacional» também daremos conta a seguir), tem uma primeira estação de filtragem, onde com bondade se deixam primeiros pedaços de gordura, transformando tais inchadas finalidades, noutras, ainda gordas, mas já com imagem de dieta e com maior grau de inteligibilidade; exemplo:

- garantir a Independência Nacional;
- garantir a integridade territorial;
- preservar e reforçar a nacionalidade (especulação);
- preservar e reforçar a nossa individualidade política (especulação);
- preservar e consolidar a nossa coesão interterritorial (especulação);
- preservar a nossa individualidade na Península Ibérica (especulação).

Vamos até considerar que estes são de consenso partidário, situam-se acima das querelas políticas; o trabalho de declinação prossegue e o resultado seguinte deveria estar nos programas dos partidos políticos e, por consequência, com alguma flexibilidade introduzida, nas programações governamentais, mas deixemos isso para outra altura...

O que nos importa é que tais declinadas finalidades se constituem como um dos vértices da missão estratégica, os objetivos, por um lado, e ter em atenção que esses derivam ou, melhor, vão sempre no sentido dos elementos aglutinadores da segurança, do progresso e bem-estar, por outro.

Mas o que nos parece de fundamental importância clarificar é que a concretização ou consecução desses objetivos/interesses dirige a ação, a reação, a interação, enfim a defesa, porque não lhe podemos chamar ataque, reitera-se.

«A prossecução desses objetivos origina simultaneamente um processo disruptivo. O sistema estadual luta contra esse processo disruptivo produzindo organização. Essa atividade organizativa, antidisruptiva

é a defesa nacional. Deste modo, e numa aceção ampla, poderemos definir defesa nacional como todas as atividades que visam preservar a integridade do sistema estadual, obviando à sua disrupção e fazê-lo simultaneamente prosseguir as suas finalidades» (Barreiros, 1976: 99)².

Faremos exercício de associação quando trouxermos a terreiro a Nação, por relacionamento automático com «Nacional».

Em complemento, dizer que a consecução de alguns daqueles objetivos, no todo ou em parte, poderá ser objeto de obstáculo por parte de outras entidades, num contexto que evolui ou assim poderá, de competitivo para conflitual, tipificado pela ação/atividade direcionada ao outro e pela hostilidade latente e intencionalidade pressuposta; então entramos na «casa» da estratégia.

É importante marcar a teorização, porque é desta segurança que se fala; é da *security* que estamos a tratar e não da *safety*, visto que não é por acaso que, quando falamos dos cintos dos aviões, se fala em *safety belt* e não em *security belt*.

Apesar da abordagem, quando fazemos análises neste âmbito, importa acautelar da existência de quadros de referência diferentes, consoante os atores/agentes em presença; por exemplo, é por demais sabido que nos países anglo-saxónicos expressões como «*National Security*» e ou melhor, para agora, «*Security*» não significam somente uma condição a assegurar ou objetivo a atingir; também querem dizer ação, implementação de medidas, aliás, como nos Estados Unidos da América.

Naquele enquadramento, o vocábulo «*Defence*» respeita somente à componente militar, à defesa militar, e no plano teórico, a negada indissociabilidade atrás mencionada aqui pode conviver, na utopia multiplicada por complexo, da não utilização da componente militar.

Bem, ainda por cima sobre isto, associe-se, como anunciado em cima, complemente-se, confunda-se com a adição aos termos «Segurança» e «Defesa» do «Nacional», que remete, com naturalidade, para o comum dos cidadãos, para a ideia de Nação, amarrada a um território (terra dos nascidos), que não se pretende confundida com a de País

2. «A defesa nacional é o conjunto de meios, e natureza político-militar essenciais: a) à prossecução das finalidades últimas do sistema estadual; b) à sua [não] disrupção durante o processo de prossecução dessas finalidades. A defesa nacional é, assim, um conceito de natureza global que deve caracterizar toda a atividade política do Estado pelo que se poderá dizer que todas as atividades neguentrópicas – que visam obviar à disrupção estadual – são práticas de defesa nacional» (Barreiros, 1976: 99).

(aldeia, burgo, região) e até com a de Pátria (terra dos pais), como nos explica António Quadros (1989), mas não desvia a objetividade expressa de estado, de condição e ação na sua procura.

O estudo do processo histórico da designada «Portugalidade» ou «Identidade Nacional», a identificação e explicação de parâmetros que corporizem o significado de tão utilizada expressão e sentimento, tais como Nação, Pátria, Fronteiras e a classificação, em valor, para sua acérrima ou nem por isso defesa (Mattoso, 2003), surgem como elementos fundamentais de análise, que não pode esquecer a erosão de significações que os tempos históricos e conjunturas associadas provocam, mas que, cumulativamente, não vota ao ostracismo (não o pode fazer), o estudo e conhecimento geral, vertido pela literatura, pela utilização simbólica (mesmo na documentação escrita), pela evolução da escrita, da leitura, da imprensa, dos meios de comunicação e tecnologia conjugada, pelas batalhas, pelos feitos heroicos, pelas lendas, pelo espriar de organização político-administrativa, traduzida também em acervo documental, inteligível numa língua, a portuguesa, pela aplicação da norma eleitoral, pela decisão e ação políticas.

Estas, que nos fazem recordar, por um lado, da importância do agente político, da estrutura política na gestação e consolidação da «identidade nacional», «da Portugalidade», com partida na individualidade, marcada territorialmente e tipificada por um centro de poder e de decisão autónomo, que nos vem permitindo afirmar da nossa «antiguidade»³.

A propósito de Nação, do «Nacional», como um dos parâmetros integradores de tal «Identidade», recordamos o estudo coordenado por José Manuel Sobral (2011), que nos revelou que os portugueses, perguntado sobre o que é mais importante para se ser português, ordenaram: i) um sentimento emotivo sobre o que significa pertencer aqui;

3. «A única observação preliminar baseia-se no facto de que a identidade nacional não é apenas um fenómeno mental. Tem sempre um suporte objetivo. É praticamente inconcebível: 1) sem alguma forma de expressão política, isto é, sem que em algum momento da história se manifeste através da apropriação de um poder dotado de certo grau de autonomia (ou seja através de alguma forma de Estado); 2) sem um pólo espacial e um território determinados, mesmo que esse pólo se transfira para outro ponto e que as fronteiras do território variem ao longo dos tempos; 3) sem que a autonomia política e o seu âmbito territorial permaneçam de forma contínua durante um período temporal considerável. Como é evidente, a duração da autonomia política e a continuidade do território são fatores importantes para a solidez e o aprofundamento da identidade nacional» (Mattoso, 2003: 6).

ii) falar a língua; iii) ter nascido no país, destacando-se que a ligação ao solo foi mais valorizada do que ter antepassados portugueses; iv) a religião (esta menos importante, apesar de haver ainda uma maioria para quem ser português significa aderir ao catolicismo).

E, já agora, também não será por acaso que um dos elementos constitutivos do Estado é a população, mas entendida, essencialmente, como o coletivo de pessoas ligadas à entidade estatal de forma estável; tal ligação plasma-se no vínculo da nacionalidade.

Enfim, com tal elemento, falamos do conjunto dos nacionais que por vinculação garantem, em teoria, fidelidade das pessoas ao seu «Estado Nacional». Aliás, é isto que amarra a «competência pessoal do Estado». Do ponto de vista do Direito, de facto, é a população pertinente como fator que constitui Estado, podendo neste coabitar várias «nações».

Arranjámos ponto de partida para derivar para outros campos de análise, incluindo o da soberania; evitemo-los, por escasso tempo, mas uma coisa também parece evidente; todas as Nações querem ser Estado, mesmo quando as primeiras aleguem razão frágil para o serem.

Tal desejo permite-nos reforçar a ligação entre os dois entes, na justa medida em que a organização política da Nação permite a realização e consolidação, em plenitude, desta, recordando sempre que o sujeito das decisões tomadas pelo Leviatã, é a Nação (Moreira, 2007, p. 23)⁴; por outro lado, em tese, tal Estado se fortalece, pelo impulso coletivo que merecerá a consecução dos objetivos definidores da sua missão, do seu projeto político.

Num ápice, fomos ao encontro do território, como mais um elemento constitutivo da besta mitológica.

Bem, no fundo, podendo materializar o que a escolástica espanhola dominicana, através de Francisco de Vitória (1480-1546) nos veio dizer, em parte, que a cada povo deveria corresponder o seu Estado, pela *lex naturalis* (Estado nacional natural), porque a finalidade desse seria o bem-comum.

4. «Devido às fronteiras, ao facto dos diferentes países surgirem e desenvolverem-se nos limites espaciais das fronteiras, a nação política tem usualmente traços históricos e culturais que a diferenciam, em alguma medida, de outras. Neste sentido, a nação política é “contaminada” pela nação étnica. E este (...) problema torna ainda mais complicado o uso do conceito de nação. Por isso mesmo, alguns substituem o termo nação pelo de pátria como forma de esvaziar o conceito de nação política de qualquer conotação étnica. Trata-se, todavia, de uma separação artificial (...)» (Moreira, 2007: 27-28).

É nesta dimensão que deveremos situar a «nossa» segurança, como finalidade de uma organização, amarrada territorialmente, por um lado e com obrigações para com os seus nacionais, por outro, estejam onde estiverem; é a segurança de um conjunto, de um coletivo organizado em Estado, que disso tira dividendos; é para o que remete a tal expressão «conservação da sociedade política», com o imanente significado da necessidade racional de organizarmos meios e instrumentos, para se alcançarem finalidades.

Concatenámos matérias de Relações Internacionais, de Ciência Política, de Direito e até de Estratégia, para falarmos do sentimento e ou da ação, cumulativa, conforme o quadro doutrinário aplicado, que é a segurança, em realidade de existência de uma sociedade internacional e não de uma comunidade internacional, tão bem diferenciadas pelo sociólogo alemão, na sua destriça entre *Kurwille* (vontade arbitrária) e *Wesenwille* (vontade essencial), quanto pelo espanhol dominicano, ao advogar como ideia política a *orbis*, enquanto comunidade dos povos que habitavam a terra inteira.

Tal ideário exposto, o da sociedade é que justifica a existência de uma estratégia, de um conceito estratégico, porque na esmagadora maioria dos casos, a estratégia respira o agonístico, trata por tu a coação, seu objeto, e tipifica-se pela existência do(s) outro(s), racional(ais), intencional(ais) e hostil(is).

Falámos da *security*; o denso, abundante e já proliferante acervo arrastado pelo termo *safety* que se escora, em síntese, na ideia base ou fundamental da conservação e da preservação da pessoa humana, do Homem, da própria espécie na Terra, como hoje a conhecemos, do Direito da pessoa humana, para não falar da apelidada notavelmente de «Segurança Humana»⁵, mas que envolve, certamente não humanos, porque destes também necessitamos, atira-nos, se chamássemos à coação as Relações Internacionais, para o primado da vontade essencial, para a materialização da *orbis* e para a corporização utilitária, diríamos

5. Trazida como prestável luz original pelas Nações Unidas (PNUD) em Relatório de Desenvolvimento Humano datado de 1994. «Subjacente a este conceito está a ideia de “emancipação”, expressa por Kofi Annan em *freedom from want* e *freedom from fear* e teorizada por Ken Booth, o que favorece a implementação de políticas que incidam, primordialmente, sobre as “causas” estruturais da insegurança. Em defesa do conceito, devemos ainda anotar o facto de contribuir para uma abordagem “integradora” da problemática segurança, ao afirmar, por um lado, a indivisibilidade da segurança e, por outro, a universalidade dos direitos à vida e a solidariedade entre indivíduos» (Brandão, 2004: 51).

nós, da tipificação social do humano, do ser social, que não esgota, nem acaba em fronteiras ou limites, fragilizando qualquer teorização contratualista; entrámos na vontade essencial; somos homens e mulheres, não escolhemos sê-lo e pertencemos à comunidade humana, sem nossa decisão... pelo menos para a maioria.

Neste quadro, as chuvas ácidas não caem com intencionalidade, os «tsunamis», os «terramotos», as «pandemias», os grandes desastres ambientais, o aquecimento global, não são provocados pelo outro, com racional, eivado de hostilidade e de intencionalidade, para nos prejudicar, para obstaculizar ou dificultar a consecução de objetivos, associados até à segurança, que colidem ou se friccionem, não são materializados por «Zeus e Neptunos» zangados com o Homem, ou por titãs, já que estamos nas conferências de Hipérion e não podemos ou queremos desiludir o Titã que está bem lá no alto e possuidor do dom da «Visão», dando-lhe utilidade na função de vigia (só assim se justifica ter gerado o Sol, a Lua e a Aurora), ou por outros semideuses.

É por isso que, considerados como ameaças, mal, óbvio, fazem que todos os Estados e organizações configurem as mesmas, por paradoxal e despimo-las da ação provocada por agente intencional; se assim for, para além da agressão desnecessária, inútil e inibidora da visão esclarecida, julga-se, vota à inutilidade, por inaplicável, qualquer conceito estratégico, simplesmente, porque não há estratégia⁶ a não ser que o «outro» seja de outro mundo. Até pode ser que um dia isso aconteça, como o pressagiam alguns filmes, por exemplo.

Voltando atrás, para densificar e confundir, referiríamos que, de facto, não somos hoje ainda (alguma vez o seremos?) comunidade, pese embora se reconheça a existência de elementos que podem ou possam ter contribuído de alguma forma para o trilhar desse caminho.

Assim, permitam-nos referência a Adriano Moreira, quando o Professor, apesar das fragilidades que aponta à organização, menciona a ONU como uma primeira referência da comunidade internacional, por vinculada também ao «património comum da Humanidade» e inerente normativismo, incluindo, acrescentando nós, as suas agências especializadas.

6. A não ser que a aplicação de tão apelativa palavra derive apenas da necessidade de, em situação, se aconselhar a utilizar ou utilizarem instrumentos (matéria de instrumentalidade) ou tipificarem ações (matéria de tipificação consoante as categorias), do quotidiano da estratégia, quer seja entendida como ciência, quer como arte.

E também será por isso que no quadro dessa organização internacional ou com seu alto patrocínio, mas também noutras, mesmo com a forma de conferências intergovernamentais, por exemplo, se escrevem e traçam tratados e protocolos entre todos ou entre a esmagadora dos países, para utilizar termo telúrico, sobre essas matérias, procurando a expressão de destino comum ou comum de destino.

Mesmo assim, tais conjuntos de letras não são respeitados, justamente porque a Sociedade prevalece, por enquanto, sobre a Comunidade, por mais tecnologia que se invente, e as organizações estatais e outras (mas todas políticas) não querem ver comprometidos os objetivos declinados do fim último da segurança, mas que para ele convergem, na pureza da defesa dos interesses, a muito menor prazo, dos seus coletivos, porque a troca de segurança ou a sua procura no elemento estatal, *per si*, na atualidade ou a breve prazo, por uma «realidade» futura que não se consegue configurar na imaginação, parece conviver no éter.

Não é esta a dimensão quando mencionamos os Estados/outros grupos políticos, *per si*, e conceitos de ação por eles delineados, a não ser que tais catástrofes sejam originadas, como já se depreendeu por outras vontades intencionais, com o propósito de nos causar dano.

Acautele-se no entanto, que a previsibilidade de tais acontecimentos e das consequências podem gerar a materialização de futuras, que não em tempo de bola de cristal, ameaças, à concretização da Segurança, como estado a atingir pela organização política. Esta prudência, não eminentemente estratégica, obriga à entrada de tal ciência e atividade em campo, porque poderá ter ou haver resultante nesse domínio.

Tal segurança à escala mundial permite-nos então voltar para o início desta intervenção, como prometemos, e à tal expressão abundantemente intelectual e científica que é «hoje a segurança tem caráter ou assume-se como fenómeno holístico», porque poderia ser entendido como prévio nível do holismo; são os níveis, de novo.

Em boa verdade, com rigor e excesso de zelo, julgamos, nem o é, porque segurança à escala mundial quereria dizer ou plasmar da existência de tais fenómenos de interdependência, que na consecução de objetivos com grau de importância vital, os agentes da vida internacional, incluindo-se os mais poderosos, se viam envolvidos, àquela escala, em querelas de tal forma graves, que os canhões ou as armas

informativos disparassem a torto e a direito..., fragilizando a existência de diferentes coletivos. Nada que já não tivesse acontecido.

Mas os níveis ou melhor os desníveis, poderão justificar em Portugal (dando o benefício da dúvida aos habitantes da casa das leis e seus ajudantes), que afinal em contexto de afirmada, se calhar erradamente, segurança interna, esta também é ação/atividade (Lei de Segurança Interna, art.º 1º), para nós, situação à primeira vista bloqueante da cristalina visão e consequente capacidade de vigilância do nosso titã.

Mas numa segunda vista, teremos que perceber que não nos situamos, neste caso, em degrau de defesa ou de uma salvaguarda de natureza coletiva ampla ou de uma manutenção de identidade, de integridade, de individualidade do ser coletivo, do nosso ser coletivo. Estamos antes, porventura, em nível ou contexto individual, de local, distrital, contra o crime e agressões de tipologia parecida, de garantia de segurança social, entre outros. Só que isto não será inteligível, julga-se, para os cidadãos, já que para muitos de nós, por experiência, também o não é.

Ninguém a ousa discutir, a expressão, e nós também não, até porque, lá está, é *fashionable*, mas não pela existência de chuvas ácidas, a não ser em caso de conduta já explicada..., mas antes pela efetiva ideia de que a segurança, mesmo aquela como nós a entendemos, isto é, um estado ou condição a assegurar ao coletivo organizado, não se entende compartimentada, fragmentada, como acontece há já um bom par de anos.

Basta a existência de alteração de determinada relação de forças, em determinado território onde procuro concretizar os meus objetivos, para me ver envolvido de outra forma e ou de arrastar outros atores, para não falar do sistema de trocas, qual corrente que agrilhoa os agentes da «vida internacional», sejam quais forem as vias utilizadas para a obtenção da segurança.

Por outro lado, tal ideia nuclear do mundial, que rapidamente faz gravitar eletrões de interdependência e de intitulada «segurança comum»⁷, não pode fazer esquecer, antes pelo contrário, os níveis que a segurança foi tendo e atingindo, e que hoje convivem, intrincados numa relação quase amorosamente irreversível, ou seja, o individual, o local, aquele que se refere ao crime, às agressões, o Nacional (o do

7. «Parida e deitada» em berço de relatório – *Common Security: a programme for Disarmament* – efetuado pela Comissão Palme, nos idos de 1982, que tratava de assuntos de Segurança e Desarmamento e que foi crescendo.

Estado, como um todo e que chama a si o restante do binómio, a defesa nacional), que tem que ser potenciado, por sua vez, no regional.

Bem... julgo que já chega; segurança é *buzzword*, mas é, de facto, conceito básico, até porque as populações podem não o saber, mas sentem-no, o que, na nossa opinião, é o mais importante.

Bibliografia

- Barreiros, J.A. (1976). "O Direito à Segurança Colectiva". *Nação e Defesa*, nº 0, pp. 99-112.
- Brandão, A.P. (2004). "Segurança: Um Conceito em Debate". In: A. Moreira (coord.), *Informações e Segurança*. Lisboa: Prefácio, pp. 37-55.
- Buzan, B. (1991). *Peoples, States and Fear: An Agenda for Security Analysis in the Post-Cold War Era*. Brighton: Weatsheaf.
- Couto, A.C. (1988). *Elementos de Estratégia*. Lisboa: IAEM.
- Cunha, J.S.; Pereira, M.A.V. (2004). *Manual de Direito Internacional Público*. Coimbra: Almedina.
- Mattoso, J. (2003). *A Identidade Nacional*. 3ª ed. Lisboa: Gradiva.
- Miranda, J. (2002). *A Identidade Nacional: do Mito ao Sentido Estratégico*. Oeiras: Celta Editora.
- Moreira, A. (2002). *Teoria das Relações Internacionais*. 4ª ed. Coimbra: Almedina, 2002.
- Moreira, C.D. (2007). *Pátria, Identidade e Nação*. Lisboa: ISCSP/UTL, 2007.
- Pereira, A.G.; Quadros, F. (1997). *Manual de Direito Internacional Público*. 3ª ed. Coimbra: Almedina.
- Pessoa, F. (1986). *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1986.
- Pires, F.A.L. (1976). "Revolução e Defesa". *Nação e Defesa*, nº 0, pp. 87-96.
- Quadros, A. (1989). "Ensaio sobre a Identidade Portuguesa como fundamento da Independência Nacional". In: E. Lourenço, A. Quadros, J.M.S. Pinto & M.B. Cruz, *Nacionalismo e Patriotismo na Sociedade Portuguesa Actual*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp. 11-28.
- Santos, L. (2002). *Segurança e Defesa: Dos Conceitos à Prática*. Conferência na Academia Militar (06-05-2002).
- Sobral, J.M. (2011). "Portugal e os EUA são dos países com mais orgulho na História". *Visão*, nº 953, p. 16.

Nota: Palestra proferida em 18-10-2012 no Instituto Superior de Gestão, Lisboa, no âmbito do Ciclo de Conferências Hipérion.